

ÁUDIO-DESCRIÇÃO: RECURSO EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

LEANDRO FREITAS PEREIRA¹; CAROLINA DA MOTTA TAVARES²; CAROLINA GOMES NOGUEIRA³ ; DESIREE NOBRE SALASAR⁴; FERNANDO DE PAULA ZAMBONI⁵ ; FRANCISCA FERREIRA MICHELON⁶

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – lheandro@msn.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – carolmt1295@gmail.com

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – nogueiracarolina1996@gmail.com

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - dedah.nobres@gmail.com

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – fernando@fernandozamboni.com

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Extensão O Museu do conhecimento para todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência em museus universitários, iniciou no ano de 2012, apoiado financeiramente no edital ProExt MEC/Sesu daquele ano e manteve o objetivo de “promover um espaço de cidadania às pessoas com deficiência através de um museu inclusivo”. (PROEXT- MUSEU DO CONHECIMENTO PARA TODOS, 2012, p.15). No presente, também apoiado no Edital ProExt MEC/Sesu 2015, objetiva-se realizar outra exposição acessível, só que agora em museu já implantado e articulando todas as possibilidades inclusivas já testadas no primeiro resultado do programa, o Memorial do Anglo. Assim, os diversos recursos acessíveis já desenvolvidos (maquetes tátteis, áudio-descrição(AD), textos em braile e mediação acessível) foram propostos para o Museu do Doce. Apresenta-se, neste texto, a AD em museus que vem sendo desenvolvida no referido Programa e discutem-se os princípios e procedimentos adotados.

A AD é um recurso que segundo MOTTA e FILHO (2010):

É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (MOTTA; FILHO, 2010, p. 7)

Acrescenta-se, ao conceito adotado, o fato de que a finalidade do programa não é apenas gerar os meios para a constituição de um espaço inclusivo, mas estabelecer instâncias pelas quais esse espaço possa operar pedagogicamente, cumprindo sua missão específica e a favor da inclusão. Sabe-se que, das barreiras, físicas, sensoriais e atitudinais a eliminar, a última é a que oferece maiores desafios. Entende-se que ao se oportunizar a convivência entre pessoas

com e sem deficiências, age-se a favor de novos conceitos e visões de mundo. Ao proporcionar que todos os públicos sintam-se acolhidos em espaços culturais, dilui-se a ideia de que pessoas com deficiência não podem ter autonomia e incentiva-se a ideia de que podem frequentar, com aproveitamento, lugares como museus e exposições.

2. METODOLOGIA

Segundo Nóbrega (2012) a AD

Por ocorrer em meios semióticos distintos enquadraria-se nos Estudos da Tradução, baseado na classificação de Jakobson (1995), e classifica-se como uma tradução intersemiótica ou transmutação; nesse caso, uma tradução do visual pelo verbal, ou seja, a AD traduz imagens em palavras. (p.19)

Segundo MIANES (2016), os pré-requisitos básicos para a elaboração de uma audiodescrição são: domínio da Língua Portuguesa (escrita e falada); habilidade de observação; conhecimento do público alvo. No entanto, como muito bem observa Nóbrega no já citado estudo, embora as investigações que buscam evidenciar parâmetros para modelos de AD de objetos culturais estejam avançando, é consenso que ainda não se pode falar de uma solução exemplar. As variáveis que determinam as dúvidas são muitas e nem sempre podem ser isoladas e observadas fora do fluxo do acontecimento.

Segundo BARRETO (2011) existem quatro tipos de AD, sendo elas: Áudio-descrição gravada, é realizada com a elaboração de um roteiro; Áudio-descrição ao vivo ensaiada, utilizada principalmente em peças de teatro e eventos, na qual, durante a pausa da fala dos atores ou agentes do evento são descritas as ações que aparecem na cena; Áudio-descrição simultânea, ocorre sem um roteiro pré-estabelecido e em simultâneo com a ação da imagem e a Áudio-descrição em filmes estrangeiros não dublados, uma espécie de interpretação dos diálogos do filme, porém, não se sobrepõe as falas dos atores. A AD, que utilizamos no projeto Museu do Conhecimento, é a gravada.

Assim, quando se fala de AD em museus, um conjunto de fatores relacionados de imediato aparece. Em um museu, vários objetos e imagens podem ser áudio-descritos. A duração de cada AD deve ser um fator de grande atenção, ainda mais que deverá ser acompanhada de informação sobre os dados do objeto. Outro fator é quais, dentre todos os elementos, serão descritos já que, conforme o

tamanho de uma exposição, a totalidade pode gerar um percurso exaustivo e inócuo em termos de comunicação. A opção feita nas ADs em desenvolvimento foi descrever o máximo possível de elementos, objetos e imagens, primando pela AD curta e combinando-a com o áudio-guia (AG) de modo que em uma curta duração se tenha conseguido o máximo de informação.

Embora a NOTA TÉCNICA Nº 21 / 2012 / MEC / SECADI /DPEE, para elaboração das ADs, seja contestada por muitos áudio-descritores e esteja sendo revistas, alguns dos indicativos nela apresentados estão sendo utilizados nesse trabalho:

- Identificar o sujeito, objeto ou cena a ser descrita - O que/quem;
- Localizar o sujeito, objeto ou cena a ser descrita Onde;
- Descrever as circunstâncias da ação - Faz o que/como;

Os demais indicativos, são circunstancialmente combinados, quando a imagem demanda que se faça. Assim, pode-se ou não:

- Utilizar o advérbio para referenciar o tempo em que ocorre a ação – Quando
- Utilizar a aplicação do estilo IMAGE CAPTION em todas as imagens e após a apresentação da imagem acrescentar os dados na seguinte ordem: fonte, Legenda e Descrição;
- Mencionar cores e demais detalhes;
- Iniciar a descrição, usando a expressão: a charge, cartun, história em quadrinho e tira cômica mostra/apresenta;" (2012, p. 2,3,4)

A AD é realizada utilizando cinco pontos de referência de uma fotografia. Inicia-se descrevendo a época, este método permite a construção no imaginário da pessoa com deficiência visual, em seguida damos foco aos elementos significativos da fotografia. A partir dessas informações elaboramos o texto com palavras simples e curtas, evitando termos técnicos, facilitando a compreensão para construção da imagem. Depois de feito o roteiro de uma imagem, realiza-se a revisão, após é feita consultoria com um membro do projeto que tem deficiência visual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como observa Nóbrega (2012): "Para que essas pessoas [com deficiência visual] tenham acesso aos meios culturais, é necessário que haja mecanismos que permitam esse ingresso" (p.19). Sendo assim, a questão a responder é o quanto de êxito se pode ter em uma AD no que tange a dar a possibilidade para quem não enxerga de ter acesso ao conteúdo visual. O grande desafio da AD vem sendo: o que se seleciona para, em poucas palavras, fazer ver? A AD também desafia a pensar sobre o que pessoas que enxergam elegem para ver e, portanto, coloca no ápice da reflexão o relativismo do olhar.

4. CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido no programa de extensão O Museu do Conhecimento para Todos: inclusão cultural de pessoas com deficiência, ao longo de seus quatro anos de existência, conseguiu um resultado completo que é o Memorial do Anglo, espaço físico, situado no 3º andar do Prédio do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas. Como resultado desse programa de extensão, o Memorial foi inaugurado com todos os recursos de acessibilidade seguindo a Norma Brasileira 9050, sendo eles: AD, legenda em braile, esquemas e maquetes tátteis, mediação acessível e mobiliário ergonômico acessível. Estes recursos foram elaborados seguindo os principios de desenho universal no qual há “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico”. O mesmo deverá ocorrer na segunda fase do Programa. No entanto, o que se vem observando é que a AD acabou sendo o recurso mais intenso do programa, porque tem se mostrado um processo para o envolvimento e aproximação entre as pessoas. A AD estimula a reflexão sobre o que é enxergar sem ver e sobre como a palavra pode ser o recurso mais importante na recepção de públicos de pessoas com deficiência visual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050: 2015. Acessibilidade a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de janeiro: ABNT, 2015.

Barreto, Aura Rojas. Museus e inclusão cultural, Assessibilidade para deficientes visuais. II Seminario Latino Americano e Caribeño de los Servicios Bibliotecarios para Ciegos y Debles Visuales. [s.d.]

CARPES, Daiana Stockey. Audiodescrição: práticas e reflexões. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.

Diretoria de Políticas de Educação Especial Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão DPEE/SECADI/MEC. NOTA TÉCNICA No 21 / 2012 / MEC / SECADI /DPEE sobre Orientações para descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy. Brasília, Distrito Federal, Brasil. 2012.

MOTTA VILELLA DE MELLO, Lívia Maria; FILHO; Paulo Romeu. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010

PROEXT MUSEU DO CONHECIMENTO PARA TODOS: INCLUSÃO CULTURAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, 2012.